

5 — Ceuta e Marrocos

A LGUM tempo se hesita entre Castela, Granada e Marrocos. À classe aristocrática convém operações de pilhagem e propriedades que rendam, quaisquer que sejam, mas às comunidades marítimas não pode interessar um objectivo qualquer, só lhes importa apoderar-se de centros e vias comerciais ou de pontos estratégicos para empresas ulteriores. D. João I opunha-se a acções contra Castela porque a guerra ofensiva contra cristãos não é serviço de Deus; poderíamos acrescentar que a Portugal não interessava expandir-se pela meseta. Por isso propuzera aos castelhanos auxílio para levar a termo a obra da Reconquista, expulsando os mouros definitivamente; a idéia fracassara devido às questões da sucessão da corôa aragonesa e, podemos acrescentar, devido sobretudo à não conveniência dêsse auxílio para Castela, pois implicava compensações territoriais. Mas João Afonso, vèdor da fazenda, homem cheio de clareza de entender, na opinião do cronista, lá muito falava ao rei na conquista de Ceuta. Devese ao belo ensaio de António Sérgio a irrefutável demonstração de que o feito de Ceuta foi inteira iniciativa de João Afonso (apoiado pelo rei) repre-

sentando os interesses económicos e financeiros das gentes das cidades. Basta uma leitura superficial de Zurara para nos convenceremos d'este ponto. Os infantes não desempenham nenhum papel digno de relêvo, e não torneio e festa nem vale a pena falar porque é indispensável não confundir em história o anedótico com o explicativo. O vedor sugerira a expedição muito antes de se tratar de armar os infantes cavaleiros, e possivelmente limitou-se mais tarde a indicar que se suprimiam as despesas, das justas com a realização do seu projecto de Ceuta. Está bem provado que D. João I há muito concor dava com João Afonso, e que as delongas resultaram da necessidade de tudo ponderar maduramente e preparar metódicamente. Certamente possuíam-se já informes seguros àcerca da cidade, que os portugueses de há muito deviam frequentar, de contrário seria inexplicável a naturalidade com que foram acolhidas as galés das embaixadas à Sicília que tinham por missão estudar no local o plano de ataque, como inverosímil era a desgarrada ida de um criado do vedor a Ceuta resgatar cativos. Como mostrou nitidamente Sérgio, só o acôrdo de João Afonso e D. João I com os mercadores permitiu organizar a expedição. Um negociante de Londres envia quatro naus, da Flandres vêm dezoito, da Biscaia onze.

Por que se escolheu Ceuta? Zurara insiste em que Ceuta é a chave do Mar Mediterrâneo. Jaime Cortezão interpretou que Ceuta, com o domínio do estreito, daria a segurança à navegação entre as repúblicas italianas e a Flandres, constituindo uma

base para limpar a pirataria berbere. No entanto, seria incompreensível que tal iniciativa partisse de Portugal. Parece-me mais plausível supôr que Ceuta, chave do Mediterrâneo, nos abria a entrada nesse mundo onde se degladiavam os estados comerciais de Aragão, Veneza e Génova. Em Ceuta abria-se o caminho do Levante, o mercado das especiarias, e o caminho da Barbaria, o mercado do ouro. A penetração comercial portuguesa no Mediterrâneo pode ser atestada desde longe. Ao reino de Granada ligavam-nos estreitas relações mercantis, pois os embaixadores granadinos lembram a D. João I que os naturais costumam vir a Portugal com suas mercadorias e os mercadores portugueses frequentam o reino mouro como se dêle naturais fôsem, e D. João I na sua resposta indica que não há razão para cessar tal tráfego («Crónica da tomada de Ceuta» Capítulo XXXIV). Com Marocos mantinhámos também comércio; refere-se na «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes» (cap. LXXXI) que os mouros quasi todos os anos compravam a fruta do Algarve com moeda de ouro. Muito provavelmente os nossos barcos visitavam os portos marroquinos. Mas podia o Norte de África interessar-nos sob o ponto de vista económico? Negou-se o valor económico da Barbaria quer quanto a cereais quer quanto ao comércio do ouro e de outras mercadorias. Analisemos, porém, as fontes.

No «Esmeraldo» de Duarte Pacheco a costa africana é cuidadosamente descrita. Ceuta precedeu todas as cidades da Mauritânia e Tingitânia e parte das

de Hispânia em nobreza e riqueza no tempo de sua prosperidade. «Aqy he ho principio das terras de África; muito fertil de pam, vinho, frutas, carnes, pescarias de desuairadas nações de peixes, e outras muitas cousas dinas de grande louvor» (capt. 13.º do Livro I). Quanto ao rio de Larache «He de muita pescaria, e a terra de redor d'elle de muito pam» (capt. 15. do Livro I). Ao sul fica o rio da Mamora que conduz à cidade de Fez: «ha terra de dentro d'este rio he chaam e campo e de muito criaçam de guados e grande laurança» (capt. 15). Da região de Salé diz Pacheco: «Toda esta terra he muito fertil de pam, carnes, pescados e mel, e outras muitas cousas boas, e muitos e bons cavalos que por muitas vezes a estes Reynos trazem» (capt. 15). A zona de Anafé «He muito fertil de todo o necessário» mas, embora sublinhe que «muitas cousas poderíamos dizer da bondade d'Anifée e prosperidade sua em outro tempo» (capt. 16), o autor não se detém porque fôra destruída pelos portugueses no reinado do Príncipe Perfeito. Já de Azamar informa que no rio há maravilhosa pescaria de sáveis muito grandes e bons, de que pagam tributo a D. Manuel, e que «esta villa d'Azamor e suas comarcas sam muito habastadas de pam, carnes, pescados e outras muitas cousas» (capt. 17). Da baía de Mazagão para diante «se começam os campos de Duquella que se estendem quasy quarenta leguas, terra de grande fertilidade de pam e carnes; e nessa bahya de Mazaguam carreguam muitas naaos d'estes Reynos, e asy de Castella, de trigo, quando cá por nossos pecados ho Deos nam

dá» (capt. 17). Mais ao sul, na casa do Cavaleiro, «há muito trigo e cevada, e muitas vezes carreguam aly navios d'elle; e isso mesmo há muyta habastança de carnes e caça; e no mar nas sincoenta e sessenta brasas há muita pescaria de pixotas e d'outros muitos peixes» (capt. 18). A cidade de Safim «he muito fertil de pam, carnes, pescados e muitos e bons cavallos que ham dos Alarues dos quaes alguns se trazem para estes Reynos, e asy ha aqy ouro que os alarues trazem por terra de Guinee, e muita courama de toda a sorte, e mel, e cera com outras mercadorias em que se faz asaz proveyto» (capt. 18). A terra do cabo de Gueer para o interior «he muito fertil de pam, carnes, pescados, mel, cera, courama e houlras muitas mercadorias em que se faz muito proveyto, e asy ha haqy ouro, que os Alarues trazem de Guinee por terra» (capt. 20). Tòda a costa do reino de Fez «he muito fertil de pam e carnes e outros fruytos com muita pescaria no mar;... e as mercadorias que nesta terra há, he muyto trigo e cevada e mel e tamaras e hanyl e coirama e pilitaria e muitos e bons cavalos com outras cousas de grande preço que cada dia se lá compram e trazem a estes Reynos» (capt. 20). A doze léguas de Meça estão os Montes Claros «e nelles há muito pam e frutas e muito mel e cera e huas passadas e muito ferro e cobre e muyta coirama» que «os moradores d'estas serras ao porto de Meca vem vender» (capt. 21). No cabo de Aguilo «á razoadamente ouro, que os Alarues por terra aly trazem de Guinee» (capt. 21). Na zona do cabo Não encontram-se «mui-

tas ortas e pomares em que há muita fruta», «e este lugar he de grande trato d'ouro por seer escapola d'Audem» (capt. 21) ⁽¹²⁾.

O «Esmeraldo» data de 1505 a 1508. Contemporânea d'este roteiro é a coletânea de notícias histórico-geográficas de Valentim Fernandes, onde há também úteis indicações à cerca do Norte de África. Ceuta é-nos apresentada como «hua das principais cidades no tempo dos mouros assy em edificios como em riquezas e nobrezas e mercadorias e aqui auia a principal desta nauagaçã dellas para toda a terra do sertão. E estava em tãta prosperidade que quãtos nauios passassem pelo dito estreito quer de levãte ou poente auia de amaynar as velas e qual nao que esto nõ fizesse logo os galees dos mouros ha seguiã e a tomauã» (pág. 33 da Ed. Bensaúde-Baião). Na costa perto do rio de Mamora os castelhanos e portugueses costumam ir pescar (pág. 35). Salé mais ao sul, «he lugar principal de fustas e naujos desta costa. De çalle se faz grãde tracto para cidade de Fez» (pág. 35). No rio de Azamor há muitos peixes, sobretudo sáveis, de que entregavam 30.000 (*) em tributo ao rei de Portugal; «aqui resgatã bõs cavallos e alquiçes e aljaruias e alambes que leuã pera negros» (pág. 35-6). De Mazagão «leuã os naujos por seu resgate trigo que alli naçe» (pág. 36). Em Tyti «trigo carregã tãbem aqui muyto» (pág. 36). A Casa do Cavaleiro é «hua Vila de mouros donde vem

⁽¹²⁾ Para as informações do *Esmeraldo* chamou a atenção António Sérgio (Ensaaios, vol. IV, pág. 425).

(*) Engano de V. Fernandes, por 10.000.

muyto trigo» e no cabo Carvoeiro a pescaria é abundante. Aliás tãda a costa é «de muyto e bõ peixe» (pág. 36). Safim é «cidade que a melhor e a principal que os mouros tem em toda a costa deste mar de ho estreyto para Ethiopia. Esta cidade he de grãde tracto e terra seca, colhem sua agoa em cisternas pera beber tem muyto trigo em cauas e ho mãtem muito tempo sem gargulho» (pág. 38). De Safim «trazem desta cidade muytos e bõs cavallos e muyto trigo, e anyll que faze no sertão goma arabica, alquiçes bedees etc.» Em Meça, «villa muy grãde de mouros», ha grãde tracto de mercadorias de barbaros e alarues, aqui estã genoveses mercadores. Por este ryo abaixo vem muyto ouro, cera, carama de vacas e bedees etc.» Em Meça, «villa muy grãde de mouros se trata muyta mercadoria». Existia no cabo de Não uma «casa de moeda que os barbaros fazê» (pág. 39). Valentim Fernandes indica ainda várias cidades e povoações que decaíram profundamente durante o século XV, sobretudo devido à acção portuguesa.

Já em meados do século XVI, Damião de Góis na sua «Crónica do Príncipe D. João» retoma a exposição da política marroquina e fornece importantes dados de geografia económica. Assim, no capítulo XV diz que Ceuta em tempo dos muçulmanos «foi mais próspera que dantes, assi de nobreza de cavalleiros, quomo de mercadores, e gente mechanica, porque has cousas se nella laurauão douro, prata, cobre, latam e outros metais eram tam perfectas, que em artificio, e bõdade fazião auantage a todo genero do-

bra laurada em Damascão, de maneira que das desta calidade, e de pãnnos de lam, e de linho, seda tapetes, e outras cousas deste jaez, toda a Europa, e ha maior parte Dafrica se provia daquella cidade, per mercadores que nella tratauão». Mais adiante refere a existência de um vale perto de Ceuta, voltado para Alcácer, muito fértil, cheio de quintas com muita vinha, mas acrescenta «contudo has outras partes do sertam sem asperas, e de terra nam mui fertil, nem proveitosa». Góis acentua o valor estratégico de Ceuta como segurança não só de Portugal e Castela como até de toda a Cristandade. No capítulo XI descreve Alcácer Ceguer cheia de «gente do mar, mercadores, e outra gente, de que a mór parte se sustentava de tecer, e fazer panos de linho muito bõs»; daí os mouros faziam dano à navegação cristã, segundo Góis, e além disso Alcácer Ceguer dominava a passagem de África para Granada. Quanto a Arzila, lê-se que «ha comarca desta villa he mui fertil, tão que poucas daquella costa Dafrica lhe fazem auantagem, assi de fructas, quomo de sementeiras». Já da região de Tânger afirma Góis que «nam he muito fertil, nem respondem bem has sementeiras», no entanto acrescenta que «tem valles vezinhos à cidade, que por caso das agoas que per elles correm sam muito fertiles, e abundantes de pasto, em que nos tempos passados havia muitos jardins, pumares e vinhas» (capt. XXX).

As descrições de Duarte Pacheco, Valentim Fernandes e Damião de Góis concordam nas suas linhas essenciais e fornecem-nos alguns tópicos decisivos

a comparar com as informações de Zurara e outras fontes. Se delimitarmos a região africana que de Ceuta corre até o cabo Não, extraíremos dos textos citados os seguintes elementos que disponho esquematicamente:

- a) — Marrocos é zona de produção cerealífera;
- b) — Os cereais marroquinos são exportados;
- c) — Em Marrocos é muito abundante a criação de gado;
- d) — As costas marroquinas são pródigas de pescarias;
- e) — Em Marrocos existem importantes centros de indústria têxtil;
- f) — Os panos marroquinos são exportados quer para a Europa quer para o Sudão;
- g) — Do cabo Não a Ceuta distribuem-se vários termos das rotas do ouro;
- h) — Algumas cidades marroquinas têm uma população de mercadores, são núcleos comerciais consideráveis;
- i) — A coirama, cera, mel, etc., são importantes artigos do comércio marroquino.

Sem dúvida os cereais, o gado, etc., não se distribuem uniformemente nesta vasta área. A partir de Arzila, e sobretudo de Larache, estendiam-se até perto do cabo Não os campos cerealíferos; era dentro destes limites, mas já também nos da comarca de Ceuta, que a costa fornecia boas pescarias. A criação de gado abrangia não só estas paragens como ainda mais para o norte e oriente, de igual modo que

o ouro se disseminava por caravanas a tóda a orla marítima do Não a Tunes. Na península fronteira à Hispânia e para o Levante, em Oram e Tunes, e para o interior, por exemplo Fez, situavam-se os centros de produção têxtil.

Alguns destes pontos são também documentados pelo relato de Cadamosto. No capítulo VIII o navegador italiano gaba a grandíssima e extraordinária abundância de pescaria na costa africana; no capítulo XIII traça as rotas do ouro sudanês, indicando que vêm aportar a Tunes, a Oram, a Fez, Arzila, Safim e Messa; Cadamosto acrescenta, o que me parece de primacial relêvo, que os italianos e outros cristãos adquirem o ouro na Barbaria. As indicações de Rui de Pina convergem a afirmar o que temos estabelecido, pois por um lado anota que Azamor, ao entregar-se, obrigou-se ao tributo anual de doze mil sáveis, prova da quantidade exuberante de peixe (capítulo XXI da «Crónica d'el rei D. João II») enquanto noutro passo declara que a cêra para as grandes festas organizadas pelo Príncipe Perfeito veio da Berbéria (cap. XLIV), e por outro lado aponta que tóda a Berbéria recebe o ouro de Tomboctu (cap. XXXII).

Dêstes dados bem documentados de Geografia económica no século XV, infere-se naturalmente a intensidade do tráfego costeiro e terrestre no mundo norte-africano. Se bem que as crónicas fôssem escritas para exaltar os feitos de cavalaria e não para descrever as condições da vida cotidiana, é possível extrair dessas fontes, e nomeadamente da «Crónica

do Conde D. Pedro» de Zurara, a confirmação da realidade dos movimentos marítimo e por caravanas.

Encontramos no cap. XXXI que um barco de catorze mercadores mouros transporta muito trigo, cevada e legumes de Alcácer para o Reino de Granada, e o cronista sublinha que os mareantes estavam muito acostumados ao trato de mercadorias, e pouco ao exercício das armas. Um barco de Málaga, refere-se no capítulo seguinte, leva para Tânger ricos panos dourados e de sêda, supponho que para aí os trocar por ouro, cereais e outras mercadorias. Os portugueses aprisionaram na abra de Gibraltar, segundo nos revela o capítulo XXXIII, um barco com sêda fina, roupa, muitas pedras de ouro e prata, e fruta, o qual ia a Anafé «a carregar de trigo, de que os de Gibraltar eram mingoados». No capítulo XLIX conta-se como foi filhado um caravo que fôra a Málaga levar trigo e de lá trazia passa para Tânger. Ouvimos falar também de um caravo carregado de sardinha e passa (cap. LV) e de outro em Gibraltar que transportava muita roupa boa e peças de pano e jóias (cap. LV). A Larache «acudiam muitas mercadorias das outras partes do sertão» (cap. LVIII). Para Gibraltar, narra-nos o capítulo LIX, seguia uma barca carregada de trigo e farinha. No capítulo LXX escreve Zurara que os nossos tomaram duas zavras cheias de trigo e uvas. Mouros almocreves levam farinha e especiaria de Gibraltar, possivelmente para aqui trazida por barcos, como se pode vêr no capítulo LXXII. Junto ao cabo de S. Vicente navios mouros passam

com trigos e vinhos (cap. LXXVII). Perto de Ceuta Gonçalo Velho filhou um carracão de mouros que ia carregado de trigo (cap. IX do livro II). A saída de Larache encontraram os portugueses um caravo com muita louça de Málaga e pano e outra mercadoria (cap. XVI, livro II) e, além d'êste, outro com fruta e uma barca com muita roupa. No mesmo capítulo aparecem uma fusta e dois caravos de mouros mercadores que vinham de Tânger para Salé. Refere o capítulo XXI um barinel que leva trigo de Anafé para Granada. Um caravo grande transportava cavalos, muita cevada, mel e manteiga, para Gibraltar, diz-nos o capítulo XXII do 2.º livro. O capítulo seguinte fala de um navio que passava por Ceuta carregado de pão.

Este conjunto de citações é tanto mais significativo quanto Zurara não escreve uma obra sobre o comércio e, em geral, a vida económica e a sociedade, mas confina-se às proezas guerreiras e só incidentalmente alude à navegação mercantil e à produção: mais ainda, tais alusões só se inserem a propósito dos ataques navais dos portugueses. Por conseguinte, a «Crónica de D. Pedro de Menezes» documenta com sólidas a realidade da exportação de cereais marroquinos e a existência de tráfego muito intenso ao longo da costa da Barbaria e entre a Barbaria e o reino de Granada. Recordemos que acima mostrámos a existência de relações comerciais entre o reino de Granada e Portugal e até de Portugal com o Maghreb, sendo esta segunda faceta atestada também por Zurara.

É agora talvez mais fácil compreender as razões que levaram João Afonso e D. João I à expedição a Ceuta. Na mente dos dirigentes esta conquista não era uma idéia isolada, pois Zurara com toda a clareza declara que para o rei ela constituía o primeiro passo da conquista do Norte de África: vejam-se os capítulos VII, IX e XII do Livro I da «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes». Ceuta valia em si própria, e sobretudo porque abria à penetração portuguesa dois mundos: o marroquino-mediterrâneo, e o marroquino-atlântico. Um conduziria ao campo onde a concorrência comercial era áspera, ao mercado mediterrâneo e ao Levante, o outro ao mercado sudanês. Em suma, Ceuta era a porta para as regiões do ouro, dos cereais, dos panos, das pescarias. Não se escolheu Granada devido ao fundado receio de insanável conflito com Castela e porque não rasgava os horizontes económicos como as cidades maghrebínas.

Mas Ceuta valia também por si própria. Na descrição de Valentim Fernandes nitidamente se indica que é o centro principal das transacções com o interior africano. Zurara é mais explícito, pois no capítulo XV do livro I da «Crónica de D. Pedro de Menezes» declara que «todos os moradores da Cidade pela maior parte eram mercadores, e officiaes, e mercantes» e por isso a gente nobre não podia residir em Ceuta, tinha de se alojar nos paços de Aljazira nos arredores afim de não molestar a população burguesa: fenómeno idêntico ao do Pôrto medieval, a

cidade dos navegadores e negociantes em Portugal, como Ceuta em Marrocos. Gois acentua também que Ceuta é povoada de mercadores e gente mecânica, especializando o fabrico têxtil como bem característico da sua economia, e aponta que a cidade é o escoadouro de mercadorias africanas. Em Ceuta encontrava a burguesia um dos termos das rotas do ouro do Sahará, como se vê no Atlas Catalão de 1375.

Além disso a comarca era muito fértil; Duarte Pacheco fala mesmo na abundância de pão e, embora Gois não considere produtivas as zonas em volta, encontramos na «Crónica de D. Pedro de Menezes» referências muito significativas. Não só a região devia ser densamente povoada, porquanto Zurara constantemente aponta aldeias populosas e quintas nos vales revestidos de hortas e pomares, e muito abundante de gado, pois em cada cavalgada eram apresadas centenas de bois e carneiros, como até conheceria lavoura desenvolvida mesmo de cereais. Numa das aldeias saqueadas encontraram os portugueses muito pão, vinho, legumes e roupa em abundância (cap. XXXVII do livro I) e noutra sortida cruzaram-se com três asnos carregados de pão (cap. seguinte). Quando os mouros vêem escaramuçar perto dos muros da cidade, conta-se no capítulo XL que os cavaleiros os impediram de talar alguns pães, e logo no capítulo imediato fala-se em searas que alguns moradores iam examinar quando foram surpreendidos por um corsário. O capítulo LVI indica a existência nos arredores de médias de pães. Em novas

incursões fala-se nos danos que os mouros causaram nos trigos: consulte-se o capítulo XV do livro II. Numa carta de doação de 12 de Julho de 1443, publicada por Pedro de Azevedo, o Regente concede a Rodrigo Afonso de Menezes umas casas, currais e herdades de pão em Ceuta.

Documenta-se, por conseguinte, a produção cerealífera na zona de Ceuta; ignoro, porém, se essa produção comportava um excelente exportável, e por isso limito-me a afirmar que Ceuta era uma das portas dos campos de pão, logo, que a sua conquista pode ter sido causada pela necessidade de cereais.

Zurara e Damião de Gois põem em relêvo o valor estratégico da cidade. Para o humanista de Quinhentos Ceuta garante a Península contra as invasões vindas do Norte de África, e por isso é a segurança dos reinos peninsulares e mesmo da Cristandade. Para o cronista de Quatrocentos Ceuta domina o estreito, e por isso é a segurança da navegação e do comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico, base de combate à pirataria sarracena. David Lopes e Jaime Cortezão vincaram estes aspectos do problema. Mas vejamos melhor. A tomada de Ceuta incontestavelmente dificultaria o envio de reforços mouros para a Hispânia, e por isso facilitava muito a conquista cristã do reino de Granada; por este lado parece-me inexplicável que fôsse o nosso país a empreender tal acção, que sem dúvida incumbia a Castela; que D. João I tinha consciência deste ponto e o ponderou bem, patenteia-o o capítulo XII da «Crónica da Tomada de Ceuta», em que é apresentado como uma

das dúvidas do rei quanto ao valor da empresa. A esta objecção do rei respondeu-se (diz Zurara que o Infante D. Henrique) que auxiliar Castela seria serviço de Deus, mas como era acima de tudo insegurança do reino custa-me a crêr que D. João I aceitasse por boa a resposta. Uma hipótese muito plausível seria que a tomada de Ceuta, auxiliando o reino vizinho a conquistar Granada, seria serviço de Deus, e, por outro lado, ergueria uma barreira à expansão castelhana para o Norte de África, como de facto ergueu. Deve ainda atender-se a que no século XV as dissensões políticas entre os reinos de Granada, Fez e Tunes, e a existência de cidades-senhórios como Ceuta, não davam azo a qualquer ameaça musulmana sobre a Península Ibérica: e tanto assim é que Ceuta pôde ser mantida e só uma vez foi cercada pelos mouros a ponto de necessitar socorro.

Cortezão preferiu acentuar que a tomada de Ceuta era um golpe contra a pirataria berbere, e David Lopes concordou que servia de apoio à navegação ítalo-portuguesa. Contudo, as flutuações dos preços das especiarias em Inglaterra baseia-as Cortezão nos estudos de Thorold Rogers, já do século passado, e que, como todos os estudos sobre a curva dos preços no século passado realizados, não oferecem hoje garantias quanto ao método de construção; seria impreriscindível confrontá-los com os muitos recentes de Beveridge. Que assim não seja. A carreira das naus de Flandres, organizada pelo sistema de comboio, não só tinha um ponto de apoio no porto mu-

gulmano de Málaga como ainda difficilmente seria prejudicada pelo côrso.

A quem conhece a amplitude e intensidade do tráfego marítimo no Norte de África e com o Reino granadino, e compulsa, por exemplo, a «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes», onde a cada passo os feitos do mar dos portugueses consistem quasi só de acções de pirataria contra a florescente navegação comercial dos mouros, immediatamente resalta a idéa de que a Ceuta cristã era base naval da guerra de côrso dos portugueses e não de ataque à pirataria berbere.

É preciso mesmo ir mais longe. O que se tem dito quanto aos obstáculos creados pela pirataria é absolutamente insustentável e não se adapta às condições económicas da época. A actividade de corsário não se opunha ao comércio, era, e sê-lo ia ainda nos dias heróicos de Sir Francis Drake e da Companhia Holandesa das Índias Orientais — a primeira grande sociedade por acções — a forma mais nobre do comércio, porque implicava feitos guerreiros, que para a mentalidade desses séculos são éticamente superiores às transacções mercantis. Quando era possível apresar, saltar, roubar, não se comprava nem vendia. Não se tem notado que os títulos de muitos capítulos dessa crónica de cavalaria que é o crónica do Conde D. Pedro de Menezes referem os roubos praticados pelos cavaleiros. Dado que a pirataria era uma actividade económica normal, regular, lícita e até orientada pelos monarcas — haja em vista as reclamações portuguezas aos reis

de Castela e Inglaterra e ao duque de Holanda — impõe-se concluir, com Crone, no seu prefácio à edição inglesa das «Viagens de Cadamosto», que a pirataria não interrompia o comércio.

Não fomos, pois, a Ceuta para garantir a segurança da Península nem para destruir a pirataria muçulmana, pelo menos como objectivos primaciaes.

Os resultados da discussão do problema do primeiro grande passo na expansão portuguesa sintetizam-se nos seguintes tópicos:

- a) — A iniciativa pertence a João Afonso e a D. João I, ou seja ao ministro e ao rei burgueses;
- b) — A conquista de Ceuta, integra-se num plano de expansão portuguesa no Norte de África;
- c) — Ceuta era a porta do mercado do ouro e dos cereais e da costa das pescarias;
- d) — Ceuta abria o caminho para dois mundos comerciais: o Mediterrâneo e o marroquino-sudanes;
- e) — Ceuta era base naval para a pirataria portuguesa interceptar o tráfico marítimo dos mouros;
- f) — Ceuta tapava a expansão castelhana para o Norte de África.

Eu sei que se tem objectado a grande despesa que a ocupação de Ceuta acarretou. Os judeus da metrópole pagavam os ferreiros que trabalhavam em Ceuta, e das receitas dos almoxarifados da Guarda,

Guimarães e Vila Real se tirava dinheiro para pagar as despesas da praça africana, como se pode ver das cartas de quitação publicadas na colecção dos «Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos». De Portugal iam mesmo abastecimentos para Ceuta. Em cartas de privilégio nessa mesma colecção editadas estimula-se o fabrico de louça em Lisboa para levar mantimentos para a cidade marroquina. Numa carta de relembração de conta de 4 de Agôsto de 1446 refere-se o envio de trigo para Ceuta, e numa carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 indica-se a expedição de milho. Nas côrtes de Lisboa de 1456, Viana, Ponte do Lima e Vila do Conde protestam contra a utilização dos seus navios para levar pão a Ceuta (Costa Lobo: *História da Sociedade em Portugal*, pág. 568). Na discussão sobre se se deveria ou não manter Ceuta depois de tomada, o partido dos que defendem o abandono argumenta que terá de manter-se com rendas da metrópole por não ser lugar de lavoura e casais, e o outro partido objecta tão só que não é legítimo antepôr o proveito à honra. Tal é o relato de Zurara. Não vejo, porém, que aceitar que Ceuta só daria despesa se permanecesse conquistada isolada destruía as conclusões a que acima chegámos. Mas é possível ir mais longe. A afirmação de que o lugar não se prestava à lavoura é nitidamente errada. Os portugueses procuraram mesmo povoar e cultivar os arredores, como resalta de algumas cartas de doação. Em 1415 o rei dâo ao conde de Barcelos os paços de Aljazeera «com tôdas suas entradas e saídas e direitos e per-

tenças». Dois anos depois mosem João de Pomar recebe o castelo de Larotona e as casas que nêl estiverem, e no ano seguinte o vale de Bulhões é doado a João Pereira, com «todalas quintãss e caseaes e herdades e bens» e ainda com «todas suas rendas e dereitos e trabutos e foros».

Admito, no entanto, que as tentativas de povoamento e cultivo não surtiram pleno resultado, mas por duas razões: em primeiro lugar, Ceuta permaneceu dezenas de annos conquistada, de modo que não era possível dominar uma área considerável e os mercadores mouros não perdiam a esperança de a recuperarem; em segundo lugar, está um erro muito grave dos portugueses: os nobres que iam a Ceuta pretendiam enriquecer rapidamente e regressar ao reino, de modo que, em vez de protegerem a colonização portuguesa e as aldeias dos mouros, preferiam, em frequentes cavalgadas, roubar gado, saquear povoações e apresar cativos que pagavam bons resgates. Que fortes exemplos de desenfreada cubiça não perpassam na «Crónica de D. Pedro de Menezes», como a acção de D. Duarte de Menezes que vai roubar gado de aldeias mouras que êle foi informado estarem em festa de bodas! Como o caso dos portugueses vencedores que são mortos enquanto andam a roubar nos cávéres dos inimigos!

Quanto às despesas do Estado com Ceuta, ainda se não estabeleceu a situação das finanças públicas no século XV para podermos emitir opinião segura. Basta relevar que os dirigentes, ao suplicar conces-

sões pontifícias, tinham visível interesse em esconder as vantagens, carregando os inconvenientes.

Mas é seguro que, mesmo se acarretou prejuízo para o Estado, a occupação de Ceuta beneficiou os particulares, pois muitos nobres e escudeiros lá enriqueceram com as suas depredações e os mercadores também lucraram. Com effeito, não é crível que o ouro deixasse de afluir a Ceuta, nem que a sua conquista cortasse o comércio português com os mouros. Na «Crónica de D. Pedro de Menezes» há positiva evidência do contrário. Ê, no capítulo LXXXII do livro I, o conde que manda construir casas para mercadores. Ê, no capítulo XXII do livro II, a descripção da passagem pelo pôrto das galés de Veneza, durante a qual o conde e muitos portugueses compraram mercadorias no valor de 6.000 ducados, que pagaram em ouro e em troca de mercadorias da cidade: êsse ouro só do Sudão podia vir; Zurara de clara que em Ceuta havia «então homens de boas fazendas, especialmente aquêles que tratavam sôbre mar». Queêre dizer, não só o ouro continuava a afluir à cidade, como ainda nela existiam fortunas provenientes do comércio marítimo. Quando o conde vem ao reino trás muitas jóias, ouro e prata (Cap. XI do livro II). A occupação de Ceuta beneficiou aos particulares, contudo a partir da quinta década do século, o Norte de África deixou de nos interessar como termo das rotas do ouro porque tínhamos alcançado mercados muito mais próximos da origem.

Em resumo, quanto à ocupação de Marrocos há a observar :

- 1.º — Os particulares beneficiaram com a ocupação do Norte de África;
- 2.º — Ignoramos se o Estado beneficiou ou perdeu com a ocupação do Norte de África porque não podemos estabelecer com segurança o estado das finanças públicas;
- 3.º — As causas da decadência marroquina na 2.ª metade do século XV e no século XVI foram :

- a) — Ausência de política de colonização e de fomento agrícola e industrial;
- b) — Depredações e consequente despovoamento provocado pela cubica desenfreada dos cavaleiros — mesmo fenómeno que no Império Oriental;
- c) — Desorganização das finanças públicas;
- d) — Desvio do comércio do Sudão com Marrocos para a costa da Guiné, iniciado entre 1442 e 1448 e depois acelerado;
- e) — Estado de guerra provocado pela intervenção do imperialismo português.

Sem dúvida, estranhar-se-á a nossa afirmação da persistência do comércio de Ceuta com o mundo africano, porque se julga tal comércio incompatível com o estado de guerra permanente. Conhecemos o risco de transpor para um século atrás informações de autores do século XVI, mas me não me repugna aduzir para a questão os «Anais de D. João III» de

Frei Luiz de Sousa, aliás baseados, no que a Marcos se reporta, nos «Anais de Arzila». Ora, aí vemos que as caravanas transitavam entre as hostes rivais, que delas colhiam informações quanto ao inimigo a trôço de boas recompensas; mais ainda: ainda os combates não tinham cessado, e já para os dois campos adversos se precipitavam mouros e portugueses alfaqueques que negociavam no resgate de prisioneiros. Veladas alusões na «Crónica de D. Pedro de Menezes», por exemplo, sugerem situação semelhante no século XV. Julgo decisivo argumentar que as dissensões políticas entre os reinos mouros eram tão fortes que não só obstaram a uma acção comum contra Ceuta, como até levaram chefes muçulmanos a aliares-se ao conde português, que, aproveitando essas discórdias, tentou obter Alcácer por maneios diplomáticos, como refere o capítulo VIII do livro II da Crónica de Zurara; repare-se agora que essas contendas políticas não impediam que os reinos de Fez, Granada e Tunes formassem uma unidade económica.

§ 6 — Políticas de expansão

POR mar também os portugueses mantinham relações comerciais com o resto do Norte de África, quer sob a forma de pirataria quer sob a forma de transacções pacíficas.

As fustas e outros barcos de Ceuta constantemente percorriam tóda a costa. Em Gibraltar, aponta a «Crónica do Conde D. Pedro de Menezes», encontravam-se duma vez sete barcos de Castela (Cap. LII); nessa mesma altura estavam em Castela muitas barcas carregadas para a Berbéria (mesmo capítulo). Ainda antes de 1418 fustas de Ceuta vão piratear para Larache e Mamora (Cap. LIII). O próprio conde organizou uma expedição marítima a Larache e Salé (Cap. LVIII). Fustas portuguesas noutra ocasião navegam nas águas de Arzila e Larache (Cap. XVI do livro II). Mais significativo é, no entanto, que Zurara diga de Afonso Martins Caiado que fôra a Larache muitas vezes por mar, o que denota a frequência regular desse pôrto para comércio (Cap. LVIII), e que se refira a um castelhano que também aí fôra três vezes num só ano por mercadoria (mesmo capítulo). Outra passagem da crónica fala-nos de portugueses que vão a Tunes vender mercadorias roubadas em dois barcos mouros e resgatar os cativos (Cap. XLVII).

Só a persistência d'este comércio marítimo e terreste pode explicar, parece-me, que Ceuta seja tão freqüentada por barcos portugueses e estrangeiros, como em vários capítulos da mesma crónica se aponta; também nela se atesta a freqüente ida de ~~embarcações para a pesca~~ ao longo de toda a costa marroquina.

É fundamental para a compreensão do desenvolvimento posterior da expansão portuguesa a existência d'este activo tráfego marítimo quasi totalmente exercido por particulares. A documentação de que dispomos não permite calcular com rigor a amplitude da penetração comercial portuguesa no Norte de África durante o reinado de D. João I. Muito possivelmente os portugueses navegavam até às Canárias. Sabemos ainda por Zurara que o conde D. Pedro de Menezes procura obter informações acerca do interior africano. Por outro lado, se os cristãos não conseguiram ser admitidos às rotas saarianas e sudanesas, os judeus freqüentavam essas regiões e desempenhavam importante papel no comércio interior, e as suas informações foram consignadas pelos cartógrafos judeus de Maiorca dos séculos XIV e XV.

Como actuavam depois da tomada de Ceuta as mesmas causas de expansão que a ela tinham conduzido, as navegações e conquistas podiam seguir três rumos: metódica ocupação de Marrocos, ou progressão ao longo da costa atlântica para o sul do cabo Não, ou intervenção na concorrência económico-política no Mediterrâneo.

Não temos dados para afirmar a existência de um plano sistemático de expansão mediterrânea, mas há alguns indícios que seriam satisfatoriamente explicados pela suposição de que tal idéia não foi de todo estranha ao Portugal de Quatrocentos. Relata Zurara na «Crónica da tomada de Ceuta» que a rainha da Sicília pretendia casar com D. Duarte, mas que, estando já tratado o casamento do príncipe herdeiro, o rei mandara propôr o matrimónio com o infante D. Pedro. Os casamentos dos dois infantes pertencem à Casa de Aragão, e depois o filho de D. Pedro disputará a corôa aragonesa. Quando se realizaram os preparativos para a expedição de 1415, no estrangeiro chegou-se a supôr que Nápoles seria o objectivo, e o rei de Aragão também receou o ataque. Todos estes indícios são demasiado ténues e vagos para suscitem uma interpretação coerente, sem serem, porém, inteiramente para desprezar. As duas tentativas de D. Duarte de Menezes contra Tetuão ainda em vida do pai talvez signifiquem a idéia de expansão ao longo da costa mediterrânea do Norte de África (*). O projecto do Infante D. Henrique, em 1419, de conquistar Gibraltar pode estar relacionado com uma possível dilatação pelo Mediterrâneo. Aventaria a hipótese de quã tais idéias vagas não chegaram a definir-se porque se tinha a noção de que Veneza, Génova, Aragão e o Egito dominavam o Mediterrâneo de modo que qualquer tentativa aí esbarraria com a opposição decidida dessas potências.

(*) Mas podem significar apenas que Tetuão era necessário para a segurança de Ceuta.

Fechado o caminho do Levante pelo Norte de África, restavam unicamente a política de extensão territorial em Marrocos e a política de progressão marítima para o sul. Estas duas orientações não eram necessariamente antagonicas, pode até dizer-se que se completavam. Mas condições sociais-económicas vão cindil-as e colocá-las frente a frente.

É enigmático que D. João I não prosseguisse a conquista encetada, mas devemos recordar-nos dos enormes recursos financeiros e militares que uma empresa como a de Ceuta exigia, implicando para mais todos os gastos de uma ocupação. Parece natural, por consequência, que despontasse a idéia de alcançar directamente as regiões produtoras do ouro ⁽¹³⁾, evitando a prolongada guerra para senhorear o reino de Fez e substituindo as actividades guerreiras pelas relações comerciais pacíficas. Idéia, note-se bem, incompatível com os interesses de expansão da nobreza e interessando essencialmente as classes urbanas.

Zurara, é certo, sublinha fortemente que nenhuns mercadores nem mareantes se intrrometeriam de se aventurar a paragens desconhecidas, porque só navegam para onde conhecidamente há proveito, e por esta razão os descobrimentos não podiam ter sido de sua iniciativa. Zurara teria razão, se pudesse demonstrar que os mercadores ignoravam as vantagens da navegação para o sul do Bojador, o que é inteira-

⁽¹³⁾ Cf. Visconde de Lagôa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, Introdução.

ramente inadmissível dados os testemunhos convergentes da cartografia e das fontes narrativas.

A importância que tinha para a burguesia a expansão marítima não escapou aliás ao próprio Zurara, pois no mesmo cap. V da «Crónica da Guiné» nos fala que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado, e se levariam para lá das que em estes reinos houvesse, cujo tráfego traria aos portugueses manifesto proveito. Mais explícito, e também coevo, é Diogo Gomes: «Este mar arenoso, os cartagineses, agora chamados tunísios, em caravanas levando às vezes 700 camelos, atravessaram até o lugar chamado Tam-bucutu e a outro país Cantor, em demanda do ouro arábico que aí se encontra em grande cópia», e acrescenta que o conhecimento dêste facto «moveu a inquietir daquelas terras pela água do mar». Valentim Fernandes declara também que o descobrimento da costa africana se empreendeu porque havia «notícia dos mouros q hiã por ouro cõtra esta parte occidental» (pág. 39). Jerónimo Munzer no seu Itinerário supõe de igual modo que os portugueses pretendiam desviar o ouro que sabiam ir para o reino de Fez.

Mais do que ao comércio do ouro, é costume ligar a expansão portuguesa desde o início ao comércio das especiarias, e alguns historiadores baseiam-se até nesta conexão para corroborar a hipótese de que o Infante D. Henrique tinha por um dos objectivos atingir a Índia. Mas, se há múltiplas referências documentais ao desejo de alcançar as regiões auri-

feras e de obter escravos, escasseiam as alusões ao fito de entrar em contacto directo com as zonas produtoras das especiarias, na primeira metade do século XV.

A fonte principal é Cadamosto. No capítulo I da sua *Navegação Primeira* lemos: «...: e protestaram além disso, que não se podia voltar sem grande ganho e que se alguém da nossa Nação (Veneza) queria cometer a viagem, faria nisso uma coisa muito grata ao Sr. Infante, que lhe faria mercê, pois presumia, que nas ditas terras se descobririam especiarias e outras coisas boas, de que os Venezianos eram mais conhecedores do que nenhuma outra Nação». A viagem que os portugueses propõem aos venezianos evidentemente tomava rumo para a Guiné e, por conseguinte, Cadamosto refere-se à *esperança* de D. Henrique de encontrar as *especiarias africanas e não as orientais*. Esta informação é corroborada pela carta de Antoniotto Uso di Mare, que conta aos seus crêdores que entrou no rio Gâmbia em 1455 «sabendo que neste país se colhe ouro e malagueta».

O primeiro contacto directo de portugueses com os vendedores africanos de especiarias da Guiné deu-se na região do rio Grande (Geba, na actual Guiné portuguesa). Assim indica Diogo Gomes: «E assim passámos o rio de S. Domingos e outro rio grande que se chama Fancaso, para lá do rio Grande. ...E a meio da maré ficou o mar bastante manso, e vieram os mouros de terra nas suas almadias, e nos trouxeram suas mercadorias, a saber, panos de sêda

ou algodão, dentes de elefantes, e uma quarta de malagueta em grão e nas suas cascas tal qual cresce, com o que muito me alegrei». Esta informação é confirmada por Jerónimo Munzer no apêndice ao *Itinerário*: «Em seguida chegaram os portugueses ao rio de S. Domingos, onde encontraram malagueta, algodão e dentes de elefante; e toda a malagueta nas suas cascas».

Mas desde quando e como se conheceriam as especiarias africanas em Portugal? No capítulo II do Livro II da Década I, João de Barros informa-nos: «E não somente neste tempo por mandado de el-rei depois que começou a governar, mas ainda por o mesmo Infante D. Henrique que como atrás vimos viveu até o ano de quatrocentos sessenta e três: sempre houve conquistas e descobrimentos, assim como da costa donde veio a primeira malagueta, que se fez por o Infante D. Henrique. Da qual alguma que em Itália se havia, antes dêste descobrimento, era por mãos dos mouros destas partes da Guiné, que atravessavam a grande região de Mandinga e os desertos da Líbia, a que êles chamam Saará, até aportarem em o mar Mediterrâneo em um pórtio por êles chamado Mundi barca e corruptamente Monte da Barca. E de lhe os italianos não saberem o lugar de seu nascimento, por ser especiaria tão preciosa lhe chamaram Grana paradisi, que é nome que tem entre êles». Discorrendo àcerca da povoação de Guaden, relata Cadamosto: «Não têm habitação fixa, mas andam sempre vagueando por aquêles desertos; vão à terra dos Negros, e vêm também a esta nossa

Barbaria de cá (costa mediterrânea ocidental de África), são em grande número, têm cáfila de camélos, e nêles acarretam cobre, prata e outras cousas da Barbaria para Tombuto e terras dos Negros, donde trazem ouro e malagueta, que conduzem para cá (Mediterrâneo).» (Cap. IX da Navegação Primeira).

Vê-se, portanto, que a malagueta era exportada da Guiné para a costa do Norte de África e aqui comprada pelos venezianos, mas êstes só a obtinham em pequenas quantidades e por isso sobejamente a apreciavam.

A viagem de Diogo Gomes ao Rio Grande é de 1456, e foi, parece, nesta viagem que pela primeira vez obtivemos directamente a malagueta. Cadamosto chegou a Portugal em 1454 e realizou a sua primeira navegação em barcos portugueses no ano seguinte; também de 1455 é a viagem de Uso di Mare à procura de ouro e malagueta. Consideremos conjuntamente os seguintes factos:

- a) — As especiarias da Guiné eram conduzidas a um pôrto do Mediterrâneo;
- b) — Nesse pôrto eram compradas pelos venezianos;
- c) A Europa conhecia-as pelo intermédio dos venezianos;
- d) — Obtinham-se muito pequenas quantidades de tais especiarias;
- e) — A única fonte a apontar que D. Henrique visava as especiarias é Cadamosto;

- f) — As especiarias apontadas por Cadamosto como objectivo henriquino são as africanas;
- g) — Cadamosto vem para Portugal em 1454, e a sua primeira viagem com Uso di Mare é de 1455.
- h) — Em 1456 os portugueses obtêm a malagueta directamente da Guiné.

Estes dados autorizam uma hipótese: a busca portuguesa das especiarias africanas é conexa a uma solicitação económica de Veneza, interessada em obter maior porção de tão preciosos grãos. Esta hipótese ainda se torna mais provável se atendermos às amistosas relações de Portugal e Veneza na primeira metade do século XV (o que não obsta a que na segunda metade dêsse século os portugueses procurassem arrebatá-lhe o monopólio das especiarias asiáticas). Talvez não seja arbitrário ir mais longe, e relacionar a vinda do veneziano Cadamosto para Portugal com o interesse de Veneza no descobrimento e estabelecimento de uma nova rota das especiarias africanas: pois não é estranho que abandonasse a meio caminho o negócio da Flandres, de lucro certo, só porque o acaso de uma borrasca o levou ao Algarve? e não é de supôr que tivesse ligações com o veneziano Patrício de Conti que estava em Portugal? ⁽¹⁴⁾

Das citações feitas devemos depreender que um

⁽¹⁴⁾ A fragilidade da discussão precedente reside, segundo Veiga Simões, na falta de confiança que offerece o texto de Cadamosto.

dos problemas básicos que se apresentavam (não importa agora se por factores internos se por influências externas) ao Portugal de Quatrocentos era atingir a região do ouro, da malagueta e dos escravos, por conseguinte, um objectivo nitidamente comercial, relevando do grupo dos mercadores e armadores.

Mas, apesar do que objectámos a Zurara, não é impossível que o cronista acerte ao supor que a iniciativa de ultrapassar o Bojador não pertenceu aos mercadores. Não sabemos ao certo quando, como e por quem começaram as navegações propriamente de descobrimento. Parece-me razoável concordar com Duarte Leite que tudo o que é legítimo afirmar quanto a datação se limita a que se situa entre 1419 e 1425, ou seja, entre o descêrco de Ceuta e a expedição às Canárias e o início do povoamento da Madeira. A quem cabe a iniciativa? É perentória a concordância das fontes: Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto, Rui de Pina, Duarte Pacheco, Jerónimo Munzer, Valentim Fernandes, João de Barros, Damião de Góis, António Galvão, atribuem-na inequivocamente ao Infante D. Henrique, o que é confirmado por cartas de D. Afonso V e por declarações do próprio Infante. Nem tôdas estas fontes merecem confiança, porque são já deformadas por aquilo que com propriedade se denomina a *Lenda Henriquina* ou são evidentemente interessadas em esbater a odiada figura do Infante D. Pedro. Aceitemos, apesar de tudo, que a iniciativa partiu de D. Henrique. Se não me engano, não se têm, porém,

marcado as razões porque a iniciativa partiria do regedor e governador da Ordem de Cristo.

A argumentação de Zurara, de que não podiam ser os mercadores a empreender os descobrimentos, está viciada pela inexactidão da premissa: que se ignorava o proveito a tirar das regiões a descobrir. No entanto, consideramos justo admitir que a iniciativa não partiu de qualquer particular: efectivamente, para que se encetasse e prosseguisse, poder-se-ia julgar indispensável uma prévia acumulação de capitais em escala não reduzida, de maneira a manter uma despesa que não se sabia quando seria compensada por futuros proventos. Tanto assim que o primeiro acto da expansão portuguesa só pelo Estado pôde ser organizado.

Ora, no século XV as ordens militares não são já o que foram outrora. A evolução da Ordem dos Templários dois séculos antes dá-nos a chave para compreender as outras ordens posteriores; quando Filipe o Belo a atacou e destruiu, a Ordem dos Templários tinha-se transformado principalmente na mais influente organização financeira da época. As ordens militares dos séculos XIV e XV não correspondem, já à mesma necessidade político-religiosa que as gerou, e constituem em grande parte poderosas concentrações de propriedades fundiárias e de riqueza mobiliária, tanto mais que algumas, por exemplo a de Cristo, herdaram os bens de ordens anteriores. Por consequência, as ordens de cavalaria também devem considerar-se forças sociais-económicas, e pelas suas disponibilidades dão azo a novos

empreendimentos de frutuoso alcance. As investigações de Werner Sombart (veja-se, por exemplo, *O Burguês e O Capitalismo Moderno*) mostraram, embora exagerando-a, a função das organizações fundiárias e do Estado na gênese do capitalismo moderno; tal idéa pode e deve ampliar-se de modo a abraçar as ordens militares; de resto Sombart revelou também com finura a quota das expedições militares e do espírito guerreiro a elas conexo para as origens das emprêsas e do espírito de empreendimento. Não curo agora dos móveis do Infante D. Henrique e dos seus cavaleiros, limito-me a integrar a sua ordem no sistema das forças económico-sociais da época e a explicar por aí por que a iniciativa partiu de uma organização como esta, independentemente dos fins que se propunha. Acrescento que as grandes casas nobres se aproximam do que dissemos quanto às ordens militares.

Não nos iludamos, porém. A possível iniciativa da Ordem de Cristo e da Casa Senhorial de D. Henrique só pode compreender-se sobre a larga base do tráfico marítimo português particular ao longo das costas da Barbária. A navegação particular não cessou com as viagens ordenadas pelo Infante, e depois de 1442 revelam-se várias iniciativas privadas no prosseguimento da exploração da costa africana. É este um tema quasi inteiramente por desbravar. Sistemáticamente, tôdas as crónicas atribuem todos os empreendimentos ao Infante D. Henrique, e nas cartas officiais nota-se a mesma tendência. No entanto, descortina-se, através das contradições das fontes,

que nem sempre assim deve ter acontecido. Muitas vezes um particular ou grupo de particulares pedia ao Infante autorização para navegar para a Guiné ou concessão de alguma ilha para colonizar, e, ou o cronista que relata a viagem a reporta a projecto de D. Henrique, ou a carta de doação, para manter a majestade dos direitos senhoriaes, adscrive ao doador a idéia de colonização. Norma geral, os feitos dos servidores são transferidos para a glória do senhor.

Exemplifiquemos. Zurara diz que Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, a que se associou Bartolomeu Perestrelo, pediram ao Infante licença para povoar Pôrto Santo, ao que êste acedeu; Diogo Gomes atribui a Gonçalves Zarco e a Tristão Teixeira a iniciativa do povoamento da Madeira, que teria agradado a D. Henrique; mas na carta de doação da Madeira de 1 de Novembro de 1450 o filho de D. João I reivindicou para si o mérito e na carta anterior, de doação de Pôrto Santo, de 1 de Novembro de 1446, marca idêntica posição. Ignoramos se as viagens de descobrimento ou redescobrimto destas ilhas foram ou não ordenadas pelo governador da Ordem de Cristo. Incerteza ainda mais obscura para quanto ao reconhecimento e povoamento do arquipélago açoreano, nem sequer há quaisquer indícios que levem a atribuir a mandado do Infante a viagem de Diogo de Silves (15) de 1427 e a viagem de Diogo de Teive qu — 1452 abordou às ilhas Flores e Corvo,

(15) D. Silves, e não, de Silves (como ainda transcrevemos em *Documentos sobre a Expansão, vol. II*), segundo a mais recente leitura, proposta por Damiao Peres.

esta última ilha doada a D. Atonso Duque de Bragança, pelo rei em carta de 18 de Junho do ano seguinte. António de Noli, ainda em vida de D. Henrique, descobre parte do arquipélago de Cabo Verde mas não parece que por mandado desse Infante.

Ao Infante D. Fernando, irmão do rei, concedia o monarca já em 17 de Novembro de 1457 as ilhas que viesse a descobrir. Os exemplos mais frisantes são, contudo, fornecidos por Zurara. A grande expedição de 1445, composta de 14 caravelas e uma fusta, que tinha por objectivo ocupar ou pelo menos despovoar a ilha de Tider, tem uma importância tal que preenche mais de 1/4 dos capítulos da «Crónica da Guiné»; pois bem: é de inteira iniciativa dos armadores de Lagos, e o Infante não faz mais do que dar a sua aprovação. Álvaro Fernandes é enviado em 1446 por João Gonçalves Zarco com uma caravela a fim de seguir mais à frente quanto pudesse, como se lê no capítulo LXXXVII, e percorre 110 léguas para diante de Cabo Verde. Nesse mesmo ano Nuno Tristão armara uma caravela com que fôra a descobrir para o sul de Cabo Verde (Cap. LXXXVI), anteriormente à viagem de Fernandes. A viagem de Gomes Pires é também de sua iniciativa própria.

Estes factos autorizam-nos a rejeitar a cómoda concepção de que todas as navegações de 1415 a 1460 se devem a D. Henrique, e, embora não possamos medir rigorosamente a amplitude relativa dos impulsos dados pelo Infante e por particulares (16),

(16) Veja-se, em todo o caso, o final da última nota ao Cap. III do vol. II dos Documentos sobre a Expansão.

podemos contudo assentar que houve uma pluralidade de iniciativas que a glória do Infante não deve ofuscar. É de admitir que tais empreendimentos privados iborbulhassem sobretudo depois de 1442, aproximadamente desde a altura em que se obtiveram os primeiros escravos e se realizou o primeiro resgate. Zurara, e João de Barros que o segue, registam até essa data forte oposição à política de descobrimentos de D. Henrique, porquanto a nação só via as pesadas despesas que acarretavam sem que resultassem quaisquer vantagens desse projecto obstinado; mas tudo mudou quando houve a antevisão segura de substanciais proveitos.

A aceitarmos estas informações (que não merecem excessiva confiança) não podemos determinar bem quantos anos o Infante lutou sozinho. O reconhecimento do arquipélago da Madeira efectuou-se depois de 1419 mas possivelmente não resultou de determinação de D. Henrique, antes da navegação para as Canárias. Mesmo no que respeita ao descêrco de Ceuta, nesse ano, afoitamente afirmamos que o filho terceiro de D. João não desempenhou papel de relêvo, limitou-se a cumprir estritamente as ordens reais. Só a partir de 1425 se documentaria com mais clareza a sua actividade, pois nesta altura se inicia o povoamento da Madeira, e nesse mesmo ano D. Fernando de Castro é enviado com uma armada à conquista das Canárias.

Infelizmente, o povoamento da Madeira não parece ser de sua iniciativa (antes cabe aos povoadores e ao injustamente esquecido Rei D. João I) e a expe-

dição às Canárias, que não implica actividade descobridora mas tão só a prossecução do plano marroquino, deve ter sido organizada pela corôa (como sugeriu Jaime Cortezão), pois um particular, mesmo investido com senhorios, não tinha o direito de realisar por sua conta conquistas de graves consequências internacionais.

Repugna-me a crêr que a passagem do Bojador levasse tantos anos quantos nos dizem os cronistas e os historiadores, pois a cartografia e a informação oral não podiam deixar dúvidas de que as terras para o sul eram habitadas. Possivelmente os mareantes e mercadores, que só navegam, no dizer de Zurara para onde esperam proveito certo, temiam as correntes junto ao cabo preferiam piratear na Barbaria, e foi necessária a intervenção do Infante para realizar o feito, o que talvez não tivesse necessitado muitas tentativas. Depois de ultrapassado o Bojador o interesse em prosseguir esmorece de tal modo que até 1440 só se realizaram três viagens, incluindo a passagem primeira por Gil Eanes; ora, de 1441 a 1447 realizam-se nada menos de vinte viagens. A interrupção das navegações a partir de 1436 explica-se, em parte pelo menos, pela expedição a Tânger e pelas dissidências em torno da Regência. Em todo o caso, vê-se que a intervenção do Mestre de Cristo não foi muito enérgica.

Mas novo problema desponta. *Por que se interrompeu em 1436 a linha de descobria para realizar a expedição a Tânger? A "Cópia de D. Duarte" de Rui de Pina oferece, pelo menos aparentemente,*

a mesma razão que Zurara apontara para a tomada de Ceuta: D. Fernando, o filho mais novo do rei de virtuosa memória, desejava ser armado cavaleiro e, pelo seu mérito pessoal, conquistar a honra e o prestígio social que lhe competiam e, como os seus irmãos anos trás, pensava em correr mundo. Jaime Cortezão e David Lopes descortinaram, porém, explicação mais plausível.

Há muito se arrastava a contenda diplomática entre Portugal e Castela quanto ao direito de conquista das Canárias e de Marrocos. No Concílio de Basileia de 1435 os protestos castelhanos tinham sido atendidos, e, em nova Bula de 31 de Julho de 1436, Eugénio IV restringe a validade da anterior Bula, em que concedera ao rei português as Canárias, ao caso de verificar-se a condição da inexistência de anteriores direitos, e admoesta D. Duarte a bem ponderar a questão para que não levante injustificados conflitos com o monarca castelhano. Castela podia de um momento para o outro fazer valer pela ocupação efectiva o direito que lhe fôra reconhecido;urgia, por conseguinte, atalhar rapidamente a expansão castelhana, conquistando em África uma praça que comandasse ulterior dilatação territorial. Ceuta domina o estreito pelo Levante, Tânger domina-o pelo Poente; a tomada de Tânger obstava a que Ceuta ficasse parada da metrópole pelo estabelecimento dos castelhanos na parte ocidental do promontório fronteiro à Hispânia e evitava o cerco militar a Portugal que resultaria da ameaça às costas algarvias. Estas ra-